

-----Ata n.º72-----

Ao terceiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas, nos termos e para os efeitos do n.º1 do artigo 20º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, reuniu ordinariamente a Junta de Freguesia de Campo de Ourique, com as seguintes presenças: o Senhor Presidente Hugo Vieira da Silva, o Senhor Vogal Jaime Matos, a Senhora Vogal Patrícia Lourenço, o Senhor Secretário César Laranjo e a Senhora Vogal Maria João Brasil.-----
A reunião observou a seguinte ordem de trabalhos:

A. Período Antes da Ordem do Dia

1. Intervenções do Público

B. Ordem do Dia

1. Aprovação da ata da reunião anterior
2. Apreciação e votação de propostas

Período Antes da Ordem do Dia- O Senhor Presidente Hugo Vieira da Silva, cumprimentou todos, e abriu o período de inscrições para intervenções por parte do público. -----

O Senhor Presidente Hugo Vieira da Silva deu a palavra aos fregueses inscritos para uso da palavra. -----

Tomou a palavra a freguesa Margarida Vicente. Questionou o executivo sobre o contrato do atual centro de saúde com o dono do edifício, e pediu um ponto de situação sobre a construção do novo centro de saúde. De seguida, perguntou sobre a construção do pavilhão gimnodesportivo na Quinta do Loureiro, afirmando que a construção a meio da encosta não serve a população do bairro. Questionou também se existe um levantamento dos problemas habitacionais na Quinta do Loureiro, e se a Gebalis iria intervir. A freguesa mostrou também preocupação com o facto de a maioria das lojas na Quinta do Loureiro estarem encerradas, argumentando que a sua reabertura traria movimento à zona. Por fim, questionou o executivo sobre os resultados do abaixo-assinado que reivindica a passagem do autocarro 64B na Rua dos Sete Moinhos. -----

O Presidente tomou a palavra. Perguntou ao público se mais alguém pretendia intervir. Não se registaram mais pedidos de palavra. O Presidente respondeu à freguesa. Indicou que o Ministério da Saúde chegou a acordo com o proprietário do imóvel onde se encontra o centro de saúde, no sentido de renovar o contrato, apesar da recusa inicial do proprietário. Uma vez que a construção do novo centro de saúde se atrasou, tornou-se necessário prorrogar o contrato, pois não é possível despejar um centro de saúde, por ser um equipamento público de grande importância. Em último caso, a expropriação pode ser uma opção possível. O Presidente assegurou que, até existir uma alternativa, o centro de saúde funcionará no local atual, servindo todos os habitantes de Campo de Ourique. Esclareceu que o que estava a reter o lançamento da obra do novo Centro de Saúde era a permuta dos terrenos do edifício da antiga Ordem dos Economistas, acordada com o promotor imobiliário que está a fazer o chamado Quarteirão Inglês, no âmbito da reabilitação do edifício onde estava o Hospital Inglês. Devido a atrasos no processo da permuta e da adjudicação, o Centro de Saúde não arrancou em tempo útil. O Presidente

informou que a permuta já foi realizada, e que a SRU estará a lançar o concurso público para a empreitada, alertando, no entanto, que a obra demoraria entre 4 a 5 anos, afirmando que já seria positivo estar pronta em 2028. Sobre o pavilhão desportivo, o Presidente afirmou não partilhar da ideia de que o pavilhão a meia encosta não serve a população da Quinta do Loureiro, argumentando que há outros equipamentos na mesma localização que servem o bairro, o local é bem servido de transportes, e a construção do pavilhão nesse sítio iria trazer mais vida e normalidade àquela encosta, contribuindo para a desguetização de todo aquele espaço. O Presidente lembrou que a primeira opção para a construção do pavilhão seria mais abaixo, num local onde infelizmente a Infraestruturas de Portugal tem uma reserva de construção, para a ligação da linha de Cintura com a Linha de Cascais, obra que foi incluída no Plano Ferroviário Nacional, e que mereceu um parecer desfavorável por parte do anterior executivo, no âmbito de uma consulta pública para o efeito. O executivo entendeu que fazer aquela ligação apenas iria isolar ainda mais aquela zona, e trazer mais constrangimentos. O Presidente mencionou que o então Secretário de Estado das Infraestruturas assegurou que a criação dessa linha asseguraria sempre as questões do ruído, com proteções de ruído, e como compensação proceder-se-ia ao enterramento do resto da linha que segue na sequência do túnel. Apesar de discordar com a obra de um ponto de vista local e social, o Presidente assentiu que de um ponto de vista da engenharia a obra faz sentido, sendo considerada de interesse nacional. Deste modo, esse local não teria as condições para a construção do pavilhão. Uma vez que a construção na encosta é mais cara, o Presidente informou que a IP se comprometeu a pagar a diferença no custo. O importante, afirmou o Presidente, é que o equipamento seja colocado numa distância adequada para utilização por parte da população da Quinta do Loureiro e o Bairro Ceuta Sul. Quanto à reabilitação dos edifícios da Quinta do Loureiro por parte da Gebalis, o Presidente destacou que é um problema antigo, e por várias vezes sinalizado à Vereadora da Habitação. Na Quinta do Cabrinha os edifícios foram profundamente reabilitados, enquanto na Quinta do Loureiro isso não aconteceu, dando-se o caso de existir apenas um elevador a funcionar, algo que o Presidente considerou inaceitável. O Presidente fez também referência aos problemas de segurança no bairro, nomeadamente a ocupação de edifícios municipais por parte de traficantes, com a inação da CML, e a falta de policiamento na zona, aspetos que classificou também como inaceitáveis. Quanto às obras necessárias nas habitações, o Presidente referiu que os próprios moradores e a Junta já se ofereceram para fazer obras no lugar da Gebalis, esta última propondo fazer obras com fundos próprios para instalar equipamentos que visassem melhorar as acessibilidades e valências para pessoas com mobilidade reduzida; mas todos esses pedidos de autorização foram rejeitados pela Gebalis. Sobre as lojas na Quinta do Loureiro, o Presidente referiu que a junta fez um levantamento das lojas fechadas, tendo submetido a informação à CML, que informou que as lojas estariam todas atribuídas. No entanto, as mesmas não estão em funcionamento, servindo de armazém ou caixa do correio, prejudicando a dinâmica da zona, o comércio e o associativismo. O Presidente referiu que há entidades da freguesia que necessitam de mais espaços para desenvolver a sua atividade, no entanto, não podem usar as lojas porque a CML diz que estão atribuídas. O Presidente afirmou que ter aquelas lojas a funcionar para a comunidade é fundamental para garantir uma vivência de bairro, mas a CML não dá uma

resposta ao problema. O Presidente deu também nota da situação difícil vivida com a concentração da população toxicodependente na área, depois de uma intervenção da CML que apenas serviu para empurrar as pessoas e o consumo para o interior do bairro. A existência de uma única sala de consumo assistido na cidade, no Vale de Alcântara, apesar dos bons resultados na prevenção de overdoses, concentra o problema e pressiona todo o bairro naquela zona, sendo um elemento desagregador do bairro. O Presidente defendeu que o problema não é apenas da competência de Campo de Ourique, Alcântara ou Estrela, mas sim da cidade e do país, devendo ter uma abordagem nacional para a sua resolução, com o envolvimento dos vários atores ao nível das freguesias, do município e do governo, mas também o envolvimento da população. Quanto à Rua dos Sete Moinhos e à carreira do 64B, o Presidente informou que a Carris deu indicação de que seria impossível cumprir esse desvio, devido às características da rua. Foi, portanto, garantida uma paragem no cimo da Rua do Arco do Carvalhão, junto ao cruzamento com a Rua dos Sete Moinhos, e foi retomado o sistema porta a porta nessa rua. O Presidente informou, ainda assim, que a carreira de bairro está a ser revista, dada a intenção da Carris de fundir as duas carreiras de bairro da freguesia, criando uma carreira única com maior periodicidade de passagem. Informou também que, tendo a rua sido reabilitada, a junta irá solicitar à Carris que estude novamente a hipótese de o autocarro lá passar, apesar de a Carris poder continuar a recusar. O Presidente deu também nota de que, caso o autocarro tenha de lá passar, será necessário retirar lugares de estacionamento no fim da rua, para permitir a inversão de marcha do mesmo. Por fim, o Presidente salientou a importância de existir uma boa carreira de bairro a funcionar, dado que, a título de exemplo, com o fim dos chamados alfacinhas, os transportes escolares, as crianças da freguesia têm de usar as carreiras de bairro para ir para a escola, acompanhadas de monitores. -----

O Presidente perguntou ao público de mais alguém pretendia usar da palavra. Registou-se um pedido de palavra. Tomou a palavra o freguês Pedro Rodrigues. -----

Questionou o executivo sobre a falta de estacionamento em Campo de Ourique, pedindo soluções, nomeadamente o agravamento do valor dos parquímetros, passando de verde para amarelo ou vermelho. -----

O Presidente informou que há duas grandes soluções de estacionamento em silo a serem implementadas na freguesia, tendo referido a do Pátio das Sedas, onde está prevista a construção de um parque com capacidade para 530 lugares. -----

O freguês interrompeu o Presidente, perguntando porque que razão os terrenos no início da Rua Ferreira Borges, junto à EPAL, não são utilizados para estacionamento. -----

O Presidente respondeu que têm feito a mesma pergunta à CML, esclarecendo que, em 2021, estava prevista uma bolsa de habitação acessível nesse local, tendo se falado também na possibilidade da construção do novo quartel dos bombeiros nesse terreno, mas que, entretanto, a solução encontrada para o quartel foi a sua reabilitação por parte da EPAL, também proprietária do terreno do atual quartel. Tendo a CML deixado cair a intenção de construir habitação de renda acessível nesse local, o Presidente indicou que a junta identificou a hipótese de ceder o atual edifício da sede da junta para conversão em habitação de renda acessível, em troca desse terreno e da construção de uma nova sede da junta, e outros equipamentos culturais e sociais, como um teatro e uma creche, muito necessários na freguesia. O Presidente sinalizou que poderia haver a possibilidade de se

construir um estacionamento subterrâneo nesse local, mas que seria mais caro, dependendo das opções da EMEL e dos seus rácios económicos. O Presidente referiu também a implementação da solução de estacionamento no Pátio do Bahuto, que contará com 90 lugares, e os constrangimentos de trânsito que precisam de ser resolvidos no local. De seguida, o Presidente lamentou os sucessivos atrasos da CML na implementação destas soluções de estacionamento, projetadas e orçamentadas desde 2021, e a demora na resolução de problemas urbanísticos, tais como a revisão do Plano de Pormenor das Amoreiras. Apontou também a falta de sensibilidade da Vereadora do Urbanismo para a situação, dando conta que apenas mais tarde a CML se sensibilizou para a necessidade de incluir o parque de estacionamento na revisão do plano de pormenor. O Presidente sinalizou que a junta já fez o pedido à EMEL para passar o bairro de zona verde para zona amarela, à semelhança de Campolide, que por sinal tem uma pressão menor em termos de estacionamento, bem como passar parte do bairro para área de estacionamento exclusivo para residentes; no entanto, a EMEL ainda não deu resposta. O Presidente destacou a necessidade de existir mais fiscalização ao estacionamento abusivo, por parte da EMEL e da Polícia Municipal, dando nota, contudo, que a EMEL tem sido mais interventiva no bairro, relatando situações de bloqueios de carros estacionados indevidamente, saudando assim a maior presença da EMEL e das suas ações de fiscalização. -----

Não se tendo registado mais pedidos de palavra, o Presidente deu apenas nota de que a reunião iria terminar em breve, devido à celebração dos 120 anos da Padaria do Povo, evento para o qual convidou todos os presentes. Iniciou-se, então, o período da Ordem do Dia. -----

Ordem do Dia:

1- Apreciação e votação da ata da reunião anterior-----

O Senhor Presidente Hugo Vieira da Silva colocou à votação a ata número setenta e um que, depois de lida pela Senhor Secretário, foi aprovada por unanimidade. -----

2- Apreciação e votação de propostas. -----

PROPOSTA Nº 390- APRESENTADA PELO PRESIDENTE HUGO VIEIRA DA SILVA- proposta de celebração de contrato interadministrativo de cooperação com o Município de Lisboa para o exercício de competências em matéria de higiene urbana, e respetiva submissão à Assembleia de Freguesia, após ter sido submetida a votação a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

PROPOSTA Nº 391- APRESENTADA PELO PRESIDENTE HUGO VIEIRA DA SILVA- proposta de decisão de adjudicação na sequência da abertura de um procedimento pré-contratual por ajuste direto para a formação de um contrato de aquisição de serviços para elaboração do projeto da rede de telecomunicações ITUR no âmbito da requalificação urbana da Praça Afonso do Paço e da Rua do Arco do Carvalhão, após ter sido submetida a votação a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

PROPOSTA Nº 392- APRESENTADA PELO VOGAL JAIME MATOS- proposta de revogação do concurso para atribuição de lugares para prestação de serviços de restauração e bebidas de carácter não sedentário e para venda ambulante na Freguesia de Campo de Ourique, após ter sido submetida a votação a mesma foi aprovada por

unanimidade. -----

PROPOSTA Nº 393- APRESENTADA PELO PRESIDENTE HUGO VIEIRA DA SILVA- proposta de celebração de auto de cedência de utilização de espaço municipal sito na Rua dos Sete Moinhos, n2 51, com a Câmara Municipal de Lisboa, após ter sido submetida a votação a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

PROPOSTA Nº 394- APRESENTADA PELO PRESIDENTE HUGO VIEIRA DA SILVA - proposta de decisão de pagamento de despesas de agregado familiar, ao abrigo do Fundo de Emergência Social (FES) no âmbito da ação social da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, após ter sido submetida a votação a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

PROPOSTA Nº 395- APRESENTADA PELA VOGAL MARIA JOÃO BRASIL - proposta de decisão de adjudicação na sequência de procedimento pré-contratual por consulta prévia para a formação de um contrato de fornecimento de refeições para os programas Praia Campo Infância e AAA/CAF das escolas EB1/J1 da Junta de Freguesia de Campo de Ourique para o ano de 2024, após ter sido submetida a votação a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

Nada mais havendo a tratar, foram declarados encerrados os trabalhos da reunião, e eu, César Gama Laranjo Ferreira, que secretariei a presente reunião, fiz lavrar a presente ata que subscrevo juntamente com o Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente (**Hugo Ferraz de Abreu Vieira da Silva**)-----

O Secretário (**César Gama Laranjo Ferreira**)-----

Anexos: **Lista de Presenças; Propostas.**